ANC X

Os índios e a nova Constituição - IV

Índios, o caminho para os minérios

Para conseguir êxito em suas ações, o Cimi conta com o temor que o presidente José Sarney tem da Igreja Católica; para superar as reservas que d. Luciano Mendes de Almeida nutre com relação à organização, considera valioso o apoio de d. Ivo Lorscheiter e espera que o bispo de Lábrea se junte à pressão sobre o presidente da CNBB. Essas são algumas das revelações da carta que o irmão Antônio Brand dirigiu ao "companheiro" Loebens, traçando diretrizes de ação e comentando as dificuldades em recrutar pessoas para as "missões", além de queixar-se amargamente da falta de verbas — e da necessidade de prestar conta delas.

Nesse documento, há uma revelação da maior importância: estão para chegar a Belém — se já não chegaram — cem máquinas para juntar-se (sem que ninguém perceba) às tantas outras que estão esburacando a Amazônia. Estariam Brand e os "companheiros" do Cimi também explorando minérios na Amazônia, antecipando-se à aprovação — que consideram certa — dos artigos que tratam da questão indígena no anteprojeto da Constituição e impedem taxativamente a exploração para exportação?

"Os constituintes nada entendem de minerais"

Pela **Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0**, sabe-se que: 1. ela é dirigida às "Organizações Sociais Missionárias no Brasil"; 2. o movimento para fazer da Amazônia um "patrimônio da Humanidade" é liderado pelas entidades-membros (relacionadas na matéria publicada por **O Estado** no domingo) e pelo "Dieser Koordinierungsrat" (Conselho Coordenador), isto é, o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs. A diretriz traz a assinatura de H.V. Hobberg e S.B. Samuelson.

Igualmente da leitura dessa diretriz, fica claro que as relações do Conselho Coordenador com a Igreja Católica, **no que se refere à ação na Amazônia**, não são de total harmonia e transparência:

"Suporte e explicações — III — Os relatórios serão enviados mensalmente, e o sistema de arquivo não deverá ser liberado para o normativo do arquivo ecumênico, **pelo fato de existirem etapas que não integram o convênio com a Igreja Católica** desses países".

Este é um dado. Outro é que no Cimi, conforme se depreende das intervenções de Brand — na reunião de que demos conta nas edições de terça e quarta-feiras —, há fortes restrições à atuação de d. Luciano Mendes de Almeida e plena confiança na de d. Ivo Lorscheiter e d. Erwin Krautler. Em carta dirigida a G. Loebens, em 3 de junho de 1987, Brand trata das posições dos diferentes prelados diante da manobra que está em curso na Assembléia Nacional Constituinte.

"As esperanças — diz ele — estão no LMA **(N. da R. — Luciano Mendes de Almeida)**, que nos prometeu falar com o presidente; este tem medo da Igreja, e é por aí que vamos não anular, mas suspender até a Constituinte. LMA anda preocupado com o Cimi. Não é novidade. D. Ivo vem fazendo pressão e sugere ao 'velho' **(N. da R. — d. Loebens, bispo de Lábrea)** para fazer o mesmo".

A preocupação de Brand, nessa carta, é com "o maldito 88.985", (decreto que permite a exploração de minérios em terras indígenas) e com sua regulamentação pela Funai. Essa regulamentação chegou a ser baixada — segundo Brand porque um personagem de codinome "Anta" é fraco e "vai se render às pressões das múltis..." —, pela Funai e pelo DNPM, mas em seguida foi revogada pelo ministro Aureliano Chaves a pretexto de que, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte não definir a questão da mineração em terras indígenas, não será conveniente criar expectativas de direito. A coincidência da suspensão com a estratégia de Brand é, pelo menos, curiosa.

Nesse mesmo documento, Brand manifesta, como já visto, plena confiança na vitória das teses do Cimi na Constituinte, seja porque conta com o apoio de 483 constituintes, seja porque esses "nada entendem de minérios". Mais ainda, acrescenta, "Gaiger diz que, a ser mantida a redação, não existe a menor possibilidade das reservas serem exploradas (...) O relatório do Krautler foi realmente providencial. O Congresso é nosso, o minério não será utilizado. Esta, não temos dúvida, vai compensar algumas derrotas".

A falta de verbas

A questão das verbas preocupa Brand em demasia. Ele se refere ao assunto várias vezes nessa carta. Numa delas, diz: "Já verba do Tin Brother esperamos que melhore logo, já com o primeiro projeto da ANC, pois o Júlio diz que o nó é górdio, ninguém desata". Mais adiante, após sugerir pressões do "velho" sobre d. Luciano, afirma: "Companheiro, toda luta é boa, mas sem verba ou com verba muito baixa é ciao mesmo. As PUCs estão sem recursos, pois as verbas diretas são insuficientes e, enquanto o TB não voltar a remeter, nós nada poderemos fazer. Manejo de verba é importante".

A questão das verbas é importante também porque o Cimi necessita contratar pessoas para enviar às terras indígenas. Na carta de Brand há referência (**pelo prenome apenas**) a várias pessoas, homens e mulheres, que desistiram de continuar trabalhando para a organização. Na análise dos motivos pelos quais abandonam a selva, Brand emite juízos grosseiros e impublicáveis sobre a conduta das mulheres. Em seguida, faz referência a uma antropóloga venezuelana esperada dia 18 (possivelmente de junho), caracterizada por sua agressividade. E lamenta que justamente agora, "quando mais precisamos de alguém boa, por causa do Pitinga (**N. da R. — a grande mina da Paranapanema**), não temos esse alguém". E prossegue em tom de ordem de batalha: "4.3. — Temos de infiltrar mais gente, ainda que ninguém na equipe de jovens tenha capacidade, mas acho que as catarinenses podem ser aproveitadas. A esperança fica com duas 'africanas' prometidas para setembro. É ridículo perder um controle que era nosso; isso torna a coisa muito feia com o conselho e o TB. Temos de recuperar urgente, urgente. 5.0 — Problema com despesas. Mais uma vez insatisfação do conselho, que volta a pedir transparência. É preciso saco. Se, por um lado, você tem de fazer a coisa, por outro tem de ser explícito. É impossível. Às vezes fico arrasado, vou esperar o fim da ANC e gozar meu descanso. As maiores reclamações, agora relacionadas com o Projeto Popular — ainda que justas —, prejudicam o Projeto Básico, que vai consumir uma fábula".

Máquinas para exploração

A carta de Brand aborda assunto até então ignorado: a exploração de riquezas naturais por conta dos "companheiros". No item 6.0 da missiva, lê-se "6.0 — Uma boa notícia é que três das cem máquinas prometidas estão chegando a Belém, segundo informações do Dieter. O treinamento pode começar logo, nada temos que esconder; a Amazônia vem sendo esburacada por 40 mil maquinas a motor, portanto nada temos que esconder. As motorizadas, já avisamos que preferimos verba, pois aqui já são mais conhecidas. Com a vitoria na ANC nós não teremos maiores problemas".

Na Amazônia, aulas de agitação e panfletagem

O alvo dos "companheiros" do Cimi é Pitinga, a grande mina da Paranapanema, cuja produção assegura a presença independente do Brasil no mercado mundial de estanho e cujo fechamento permitiria ao cartel do Sudeste Asiático recuperar condições de fixar os preços do estanho a seu bel-prazer, como no passado.

No jornal **A Crítica** (Manaus), de 9 de junho, o "companheiro" Guenter Loebens segue à risca as instruções constantes da carta que Brand lhe dirigira em 3 daquele mês: "A respeito da P. **(N.da R.—Paranapanema)**, é bom — seria bom — começar barulho feio, com declarações firmes, diretas, de que o Pitinga volta para os Atroari, aliás sempre Waimiri-Atroari para evitar ciúmes". No jornal amazonense, o coordenador do Cimi, Guenter Francisco Loebens, anuncia que, com a "identificação e delimitação da área dos Waimiri-Atroari pelo grupo interministerial, na reunião do último dia 5, os 526 mil hectares explorados pela mineradora Paranapanema voltarão a ser propriedade indígena, e a empresa deverá ser expulsa daquela região". A informação era rigorosamente falsa, conforme declarações de diretores da empresa.

AÇÃO POLÍTICA

Na carta a Loebens, Brand faz referência a uma pessoa de nome Egydio: "O problema com os contratados continua, com tudo muito insatisfatório. Não se consegue um homem como o Egydio, o que é uma pena. O modelo deixado deve ser melhorado...".

"Egydio" é o professor Egydio Schwade, e sua missão era realizar a alfabetização dos índios Waimiri-Atroari. Em relatório de lingüísticas, que examinaram os cadernos dos índios, pode ler-se: "Mesmo com uma ortografia muito inadequada, o povo ainda recebeu treinamento na escrita da língua — como soletrar e dividir palavras em sílabas — e uma noção do que é ler.

Segundo o povo, as aulas eram prolongadas demais e foram uma mistura de recordação de lendas e histórias, política e alfabetização. Tudo isso poderia ser confirmado através dos cadernos dos alunos. (...)" Também eles falaram que Egydio não ensinou português mesmo. Segundo o povo, ele disse, para eles, que poderiam pegar português informalmente, ao longo do tempo." O relatório se estende, em seguida, sobre problemas especificamente lingüísticos.

A análise dos cadernos mostra que o ensinamento de Egydio não estava muito longe das recomendações "pedagógicas" constantes da **Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0**. Na introdução da análise dos cadernos, assinala-se: "Os Waimiri-Atroari disseram que Egydio falou que a Taboca 'não presta' e 'vocês têm de matar Taboca'. Ele 'mandava' os índios lembrar e escrever acontecimentos do passado, os quais ele escrevia no quadro, para todos os alunos copiarem. Mas eles falam que não queriam de jeito nenhum matar Taboca" (**N. da R. — Taboca** é a empresa subsidiária da Paranapanema, incumbida da exploração da mina de Pitinga).

Vê-se, igualmente, que Egydio dirigia os índios para tomar posição crítica contra a Funai. "Os Waimiri-Atroari disseram que Egydio falou para eles: 'Por que a Funai não marcou sua terra?'". E nas linhas 6 e 7 do Caderno 1, página 14, pode ler-se: "Por que não demarcou nossa terra? Apijeme jeki? Por quê?".

Nos comentários que acompanham a página 16 do caderno 1, lê-se: "Os Waimiri-Atroari disseram que Edygio falou para eles: 'O governo mandou brancos para matar vocês'". Eles falaram também que Egydio disse para eles que "a Funai ajudou branco matar vocês".

No Caderno nº11, a técnica muda: "Os Waimiri-Atroari disseram que Egydio sempre falava de 'como era antigamente'. Ele pediu o povo escrever também sobre as brigas entre eles mesmos no passado, assunto que eles não gostaram". E, nas observações da pág. 20 desse caderno, lê-se: "Os Waimiri-Atroari disseram que Egydio falou para eles que 'no passado vocês vivia matando a Funai. Por que vocês deixaram de fazer isso? Comprido era certo. Vivia defendendo sua terra".

OS PANFLETOS COM "TU"

Não é apenas junto aos índios que trabalham. Na mina, fazem agitação com linguagem estranha para a selva amazônica. Distribuem-se panfletos como estes:

"Trabalhador! Com o suor do teu rosto, labutas no que é possível e não és correspondido. (...) Considerando tudo o que acima está contido, espero-te no dia 11/07 (sábado) para podermos conversar a respeito de tudo o que nos interessa".

Seringueiros, aliados para convencer BID

Impedir o asfaltamento da rodovia Porto Velho—Rio Branco, a BR-364, é uma das metas que se propuseram todas as organizações objetivamente empenhadas em seguir as diretrizes do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs emitidas em 1981. Os seringueiros brasileiros participam dessa luta, tendo feito pressão sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, parece, acabou produzindo a suspensão do financiamento concedido para a obra.

Do arquivo do Cimi, setor de Documentação, consta cópia (sem timbre) de ofício dirigido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros ao BID, exigindo que os planos de proteção ao meio ambiente só sejam aceitos pelo banco se aprovados pelos seringueiros. O teor do ofício é o seguinte:

"Brasília, 19 de Janeiro de 1987
"DO: Conselho Nacional dos Seringueiros
"AO: Sr. Antônio Ortiz Mena
DD. Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, NN
Washington D.C. 20.577 USA
"Exmo. Sr. Presidente,

"É do conhecimento de V.Exª. que a aprovação de financiamento por parte desse Banco para o asfaltamento da BR-364, trecho Porto Velho (RO) — Rio Branco (AC), Brasil, colocou como uma das exigências básicas a elaboração, por parte do governo brasileiro, de um Plano de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas na área de influência dessa rodovia. Tal exigência gerou a criação pelo governo brasileiro, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), no Ipea, do GT PMACI, órgão encarregado de conduzir a elaboração do Plano solicitado pelo BID, em 1985.

Algumas questões devem, no entanto, ser levantadas em relação ao PMACI:

— Proteção ao meio ambiente implica, necessariamente, a preservação das florestais (**sic**) habitadas por seringueiros?

— **Esse Plano deve ou não contar com a participação das populações diretamente atingidas pelo impacto do asfaltamento da rodovia ou acontecerá, como já aconteceu, os mesmos deslindes e desvios do Polonoroeste, em Rondônia?**

— Se a proteção ao meio ambiente é **realmente** importante para o BID, por que as negociações estão sendo dado de forma quase secreta? Por que os técnicos desse Banco, quando em viagens de supervisão na região do impacto, negam-se a ouvirem as populações que habitam as florestas (seringueiros e índios), através de suas lideranças?

Tais questões são importantes de serem levantadas, porque até agora os seringueiros não foram ouvidos pelo GT PMACI, embora sejam aqueles habitantes da floresta os maiores interessados na sua preservação.

Nenhuma medida efetiva de proteção ao meio ambiente foi tomada para a região e o trabalho de afastamento da BR-364, no trecho já mencionado está em franco desenvolvimento.

Quaisquer planos que possam ter sido apresentados ao BID só existem se foram produzidos em gabinetes, por grupos de tecnocratas, com pouca ou nenhuma participação dos habitantes da floresta. No caso, os seringueiros não foram sequer ouvidos.

Colocado tudo isso, os seringueiros exigem que quaisquer planos de proteção ao meio ambiente só possam vir a ser aceitos por essa Instituição se contarem com a participação dos mesmos, através do Conselho Nacional de Seringueiros, entidade representativa dos seringueiros da Amazônia.

— Em defesa da floresta!
— Por Reservas Extrativistas!
— Pela participação dos Seringueiros na definição dos Planos e Projetos para a região amazônica, e em especial na definição e implantação do PMACI!

Atenciosamente,
Jaime da Silva Araújo
Presidente"

Aos 'irmãos', o solo e o subsolo

"O relatório de Krautler foi realmente providencial", diz Brand, na sua carta de 3 de junho a Loebens. Como nesse trecho da carta Brand discute o problema da Constituinte, é lícito supor que se refira ao depoimento que d. Erwin Krautler, presidente do Cimi, prestou à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Assembléia Nacional Constituinte, em 29 de abril de 1987.

D. Erwin principia por fazer um histórico do Cimi, desde sua fundação. Depois, estabelece os princípios a partir dos quais desenvolverá seu raciocínio: "Inicialmente, nunca é demais lembrar que os dados científicos disponíveis calculam a população indígena no atual território brasileiro, entre seis e dez milhões de pessoas, em 1500, quando da chegada da expedição de Cabral. Hoje, os índios estão reduzidos a, no máximo, 300 mil pessoas. O dado fala por si só. Descartada, por absurdo, a hipótese da auto-extinção, é forçoso concluir que a história das relações entre os Povos Indígenas **(N. da R. — As maiúsculas são do original)**, e a sociedade de origem européia se caracterizou por um impiedoso massacre contra os primeiros.

Os índios sobreviventes, porém, não sobreviveram apenas como indivíduos. Lograram resistir como Povos, afirmando sua identidade própria, e é com esta característica fundamental que ainda convivem conosco os cercas de 170 Povos Indígenas no Brasil".

O capitalismo e os índios

"Herdeiros de modelos sociais que desconheciam a exploração do homem pelo homem; da depredação da natureza e as distinções econômicas entre seis membros — continua d. Erwin —, os índios são hoje testemunhas vivas de alternativas que, em muitos aspectos, questionam nossa própria sociedade."

No mesmo sentido da idealização do passado das sociedades indígenas e do questionamento da sociedade moderna, existe documento em papel timbrado do Cimi, dado como de autoria de d. Erwin: "Para os defensores do Projeto **Calha Norte**, para os investidores e exploradores, os povos que desde tempos imemoriais habitam aquelas plagas não interessam, como nunca interessaram. São ignorados ou desrespeitados, e sobre eles, para vergonha do Brasil, paira a ameaça da extinção. O capitalismo, com sua fome insaciável, devora as riquezas da região sem levar em conta os estragos à natureza, ao meio ambiente e ao homem".

O limite das terras

Em seu depoimento à ANC, d. Erwin discute longamente a afirmação do governo Sarney de ter sido o que mais demarcou terras indígenas. "É de se reconhecer que, de fato, muitas áreas foram demarcadas. A maioria, porém, das comunidades assim beneficiadas sofriam conflitos que atingiam o insuportável, e o governo nada mais fez senão cumprir a lei".

Quem tem presente a **Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0**, na parte referente à demarcação das terras indígenas, atentará devidamente para o que o presidente do Cimi disse a seguir:

"O dado (N. da R. — os números fornecidos pelo governo) fica extremamente relativizado, quando comparado com **o total de terras ainda por identificar e demarcar** (grifos da red.). Neste ponto, é oportuno advertir que a terra indígena não é mero fator de produção, mas o verdadeiro e insubstituível **habitat** do Povo que o habita. Ao falarmos das terras indígenas, estamos mencionando as 'pátrias' dos índios, incaracterizáveis pelo só significado econômico que possam ter.

Os territórios indígenas não são fazendas dos índios. Sua dimensão não se pode reduzir, portanto, à mera e simplista relação família/hectare" (grifos da red.).

Os direitos históricos

Depois de discutir o problema do **Projeto Calha Norte**, o presidente do Cimi avança no sentido estabelecido pela diretriz do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs:

"Arriscamos testemunhar o mais intenso e doloso etnício da nossa história (**N. da R. — afirmação é feita a propósito do que d. Erwin considera a política indigenista implícita no Projeto Calha Norte**). Apostamos, todavia, na resistência dos próprios índios; no apoio que lhes tributará a sociedade brasileira; e na coragem lúcida dos senhores constituintes, que saberão marcar nosso tempo com um passo destemido na direção da paz com os Povos de quem herdamos o Brasil. (...)

É preciso garantir-lhes o direito ao futuro.

Para tanto, é indispensável considerar, devidamente, as relações dos índios com a terra, **reconhecendo-lhes os direitos originários sobre os territórios que ocupam** (grifos da red.), sem matizar-lhes daquelas exceções que acabam por derrogar a regra".

E arremata, tocando no ponto essencial para o Cimi: "Por isso, o direito dos índios à terra deve incluir seu direito também ao subsolo e ao usufruto de todas as riquezas naturais ali existentes, incluindo os cursos fluviais. (...) podem estar os senhores constituintes plenamente seguros de estar resgatando uma das mais dolorosas dívidas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que lançando a semente de uma verdadeira **democracia étnica** (grifos da red.), de uma sociedade mais rica, assentada no direito à diferença".

O projeto

O texto elaborado pela Subcomissão consagrou os princípios esposados por d. Ervin Krautler:

"Art. 424 — São reconhecidos aos índios seus direitos originários sobre as terras que ocupam...

Art. 425 — As terras ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e do subsolo, das utilidades nelas existentes e dos cursos fluviais, ressalvado o direito de navegação.

§ 1º — São terras ocupadas pelos índios as por eles habitadas, as utilizadas para suas atividades produtivas e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, incluídas as necessárias à preservação do meio ambiente e do seu patrimônio cultural".

A chave da questão

A tranqüilidade com que Brand considera ganha a causa e o motivo pelo qual Gaiger considera "górdio" o nó que foi dado reside no artigo 427 e parágrafos:

"Art. 427 — A pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas somente poderão ser desenvolvidas, **como privilégio da União** (grifos da red.), no caso de o exigir o interesse nacional e de **de inexistirem reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno e exploráveis** (idem) em outras partes do território nacional.

§ 1º — A pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica de que trata este artigo, dependem da autorização das populações indígenas envolvidas e da aprovação do Congresso Nacional. (...)

§ 3º — Aos índios são permitidos a cata, a faiscação e a garimpagem em suas terras".

Ora, a maioria dos minerais e minérios cuja presença foi detectada na Amazônia é de alto valor intrínseco e de pouco (ou nenhum) consumo interno. No Exterior, sua comercialização é oligopolizada. Engenheiros metalúrgicos e especialistas em mineração estimam que em 30 anos o mercado poderá encontrar substitutos para eles. Compreende-se, por isso, por que os "companheiros" recomendam que não haja exploração de minérios na Amazônia e por que alguns aconselham que por 30 anos eles durmam sob a terra. Compreende-se, também, à luz dos textos do anteprojeto de Constituição, por que Brand considera fundamental o relatório-depoimento de d. Erwin e estima, com Gaiger, que será dificílimo desatar o nó dado nas relações entre usufruto do subsolo pelos índios e a proibição de explorar minérios para exportação.

Os "companheiros" e os "irmãos do estanho" deram-se as mãos, juntando-se ao círculo dos que controlam o comércio de minérios e minerais no mercado internacional.

A 'inestimável ajuda' do cônego

O Estado publicou ontem declarações do cônego Celso Pedro da Silva, subsecretário da CNBB, segundo as quais apenas uma vez, há mais ou menos um mês, se encontrara com Mauro R. Nogueira. Nessa ocasião, Nogueira teria pedido ajuda para realizar pesquisas sobre exploração de minérios em terras indígenas.

Ora, em 18 de julho de 1987, o referido Mauro R. Nogueira dirigia carta ao pe. Celso Pedro (que supomos ser o mesmo cônego Celso Pedro Silveira), da qual consta o seguinte:

"Caro padre Celso,

Tivemos a oportunidade de, graças à sua inestimável ajuda, receber toda a documentação possível a respeito da atividade do Cimi no Brasil, nos últimos anos. Além das reuniões para tratar de assuntos relacionados com a Constituição, outros assuntos foram tratados referentes à atuação do Cimi. Pela documentação recebida, podemos, agora, definir nossa opinião pessoal, sem qualquer tipo de exaltação ou prevenção contra o organismo.

O Cimi trabalha em estreita colaboração com o legendário Cedi, que se limita aos registros das informações, não sendo de esquecer que é através do Cedi que o mundo recebe as informações de tudo que acontece no Brasil em relação à Igreja. Pelo que se pode deduzir, a preocupação do Itamaraty relaciona-se com a presença e o tráfego constante de 'não-religiosos', pseudos missionários, que se valem das facilidades legais dadas aos componentes do Cimi. Com isso, o tráfego de fronteira e interfronteira é intenso e de controle mais difícil, quando no âmbito dos missionários é constatada a presença de 'não-religiosos'. Nós achamos que a preocupação do Itamaraty é justa, ainda porque o mesmo deve estar sendo pressionado pelos militares da Calha Norte e pelos países limítrofes, que têm os sérios problemas de comércio ilegal de drogas combinados com problemas de movimentos de guerrilha.

A campanha, quase permanente, do Cimi contra o exército nacional, na nossa opinião, é no mínimo audaciosa, pois, além das acusações da esterilização em massa de mulheres índias, efetuada pelo exército, existem outras acusações cuja estrutura não se coaduna com os princípios centenares do nosso exército. O militar, de uma maneira em geral, é muito sensível a acusações que julga descabidas, daí o clima um pouco tenso, principalmente com o advento do Calha Norte. Infelizmente, tudo que ocorre relacionado com o Cimi e as forças armadas é creditado à CNBB. Para os militares, pelo menos esta é nossa impressão, a CNBB é a verdadeira culpada do que eles consideram agressão, ingerência e outras coisas do nosso mútuo conhecimento.

Longe de nós a idéia de oferecer sugestão à CNBB para reformulação do seu relacionamento com o Cimi, mas nós, que tanto conhecemos o trabalho meritório da CNBB, cada dia mais compreendido e mais aceito pelo meio social do Brasil, não nos conformamos muito com o fato de que missionários não-católicos e até pseudomissionários se valham da proteção da CNBB para desenvolver trabalho, em muitos aspectos meritórios, mas em outros decididamente obscuros ou pelo menos 'não muitos transparentes'. É importante notar que a maior parte das acusações contra o Cimi são geradas no seio das comunidades indígenas e não no seio das forças armadas. Pelo que sabemos, estas já recebem as informações dos silvícolas, e é a partir delas que desenvolvem suas pesquisas a respeito.

Quanto ao Projeto Calha Norte, nós acreditamos que tudo surgiu por força das pressões estrangeiras em torno da Grande Região Amazônica."

Continua amanhã